



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES


97


CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 3/24

2024/02/08





QUADRIÊNIO 2021/2025


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2024


Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, LUÍS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo zero dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.





1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: “Questionar-lhe sobre algumas coisas que nós achamos que é do superior interesse do município. No sábado tivemos uma manifestação à porta da sede do município e é um assunto que nós temos vindo a falar recorrentemente nas reuniões de Câmara, aquilo que ouvimos da população foi efetivamente aquelas queixas que temos levantado aqui e que não têm tido resposta. Há carreiras que foram suprimidas, há outras que são claramente insuficientes, há mudança de paragens, mudanças de horários. Perguntar-lhe o porquê disto? Também por aquilo que soube e que me apercebi, o Senhor Presidente não teve agenda ou não pôde recebê-los e perguntar-lhe se tinha outro assunto de interesse superior que não fosse receber aqueles paredenses que estão neste momento e já há alguns meses a sofrer constrangimentos na sua vida e que não obtêm respostas perante isso e que efetivamente vieram cá, com toda a certeza, esperando uma resposta sobre a resolução desses problemas. Vai-me responder a dizer que foram recebidos por alguém da área e que apontou as carências e as necessidades para ver o que pode fazer, mas nós vimos a alertar para este assunto, alertamos antes de entrar em vigorar para ter muito cuidado com aquilo que estava a ser feito até porque o Senhor Presidente não tinha apresentado uma única vez as alterações e o que é que seria o trabalho da UNIR no nosso Concelho. À posteriori, chegou a dizer que se tratava de pequenos constrangimentos que até fevereiro estariam resolvidos, estamos em fevereiro e o que ouvimos daquelas pessoas é que nada disso está resolvido. Perguntar-lhe também se é lacuna da UNIR, por exemplo, algumas das rotas não terem autocarros suficientes ou terem sido alterados os horários e eu presumo que a responsabilidade foi de quem apresentou os horários. Já ouvi o Senhor Presidente em algumas declarações à comunicação social a dizer que não era responsável, que era a UNIR que não tinha condições. Essa mudança de horários, é da responsabilidade da UNIR ou por si só é da responsabilidade de quem propôs estas carreiras e estes horários no critério quando





esta bolsa foi a concurso junto com os concelhos de Gondomar, Valongo e Santo Tirso que estavam na mesma bolsa de Paredes e para ir a concurso tinham efetivamente que ir, a proposta que lá estava tinha que ser apresentada por alguém. Eu presumo que essa proposta foi apresentada por si, mas tenho ouvido algumas declarações que me deixam que parece que não correspondem àquilo que efetivamente foi o Senhor que as propôs. Disse-lhe que falaria da questão da ETAR assiduamente, até termos luz ao fundo do túnel, não sei quando teremos, daqui a poucos meses começa a vir o bom tempo, teremos o verão e mais uma vez não temos o problema resolvido em 2024. Pode-me dizer que tem anos, é verdade que tem anos, mas nunca foi tão grave como nos últimos anos e quem disse publicamente que em 2018/2019 estava resolvido foi o Senhor. Perguntar-lhe se tem novidades sobre este processo, até porque e presumo que são palavras suas em 2022, disse que a breve trecho se faria uma praia fluvial. Não vejo nem o problema da ETAR com luz ao fundo do túnel e perguntar-lhe como é que é possível sem uma coisa fazer a outra. Faz agora um ano quando começámos a apelar para a necessidade de se fazer um plano de intervenção nas estradas do município porque, de facto, praticamente todas estão em mau estado e no sul do Concelho é deplorável o estado de algumas estradas que as pessoas têm de passar todos os dias e que vivem aquele autêntico inferno. Basta entrar no Concelho para perceber que há sempre estradas com falta de pavimentação ou com a pavimentação muito danificada, nós no ano passado dissemos isso. O Senhor durante 3 ou 4 meses disse que tinha um plano que a Senhora vereadora estava a executar, depois em maio disse que não havia, que era caso a caso, passou o verão, o outono e agora estamos no inverno com grandes constrangimentos, deixar aqui este reparo porque, de facto, as estradas estão em muito mau estado. Na última reunião voltei a perguntar-lhe sobre o estudo de impacto ambiental por causa da *fábrica do lixo*, aquilo que o Senhor designa por fábrica de resíduos na zona industrial de Parada/Baltar e o Senhor disse-nos que estava praticamente para sair. Já tem novidades? Foi dito em 2021 depois em fevereiro ou março quando nós levantámos a questão que aquilo que apresentou não era um estudo de impacto ambiental o Senhor disse 60 dias, nós estamos em 2024, não vemos a luz ao fundo do túnel. Perguntar-lhe também se tem alguma novidade sobre a possibilidade ou se pode existir alguma possibilidade sobre o pedido de licenciamento de alguém para as serras na Sobreira. Também nos disse que a Câmara deu um parecer negativo, mas que não dependia da Câmara, a Câmara só dava parecer, pergunto se já tem novidades, se isso está plenamente resolvido e se podemos estar descansados no sentido de não termos minas na Sobreira? Nós

97

Ucar

propusemos aqui já faz muito tempo que faria sentido que o município fosse um dos da frente e os números vêm provando, porque cada ano que passa há mais carros elétricos vendidos e há mais necessidade de postos de carregamento. Nós há dois anos tínhamos isso no nosso programa eleitoral, mas propusemos à posteriori um posto de carregamento em cada freguesia. O Senhor disse-nos que isso dependia dos privados, que não se metia nisso apesar de na altura haver possibilidades de financiamento e não sei se hoje existe para que esses projetos pudessem andar com custos reduzidos para o município e tornar-nos-íamos um dos municípios do País que mais rapidamente tinha cobertura para carregamento para carros elétricos. O Senhor disse que nós até estávamos num parque de estacionamento que não foi o município que fez, mas que íamos lá colocar dois carregamentos para os carros que quiserem estacionar ao pé da estação. O Senhor sabe disso perfeitamente e passaram 2 anos e esses postos de carregamento não estão lá e eu pergunto se é essa a visão que tem para os postos de carregamento, porque eles não existem? Perguntar-lhe também, cada vez que nos diz algo aqui, qual é o critério de credibilidade que podemos dar porque depois isso não é consequente? Presumo que estavam lá os sinais e hoje já nem os sinais estão. Deixou cair essa ideia também? Quando por duas vezes foram apresentados os pedidos de apoio para a Casa Amiga, disse que faziam um excelente trabalho, conhecia muito bem a causa, eu não tenho nada contra, pelo contrário. Só pedi aqui o histórico das eleições e dos órgãos que estão eleitos já que contribuímos com subsídios e é um direito que nos assiste saber qual é o comportamento e se são cumpridos os estatutos e as normas da respetiva associação. Há uns tempos deram-nos os estatutos e até disseram que foi muito difícil obter essa informação e não consigo perceber se há uma boa relação e se nós solicitámos isso há cerca de 4 meses qual é a dificuldade e isso é que levanta alguma poeira, em essa associação facultar o que é normal, os órgãos eleitos e com o histórico de quem é que foi eleito e quem não foi? Para nós percebermos se estão na plenitude regular do que corresponde aos estatutos deles? Se nós estamos a apoiar instituições queremos crer que elas cumpram os seus próprios regulamentos e as normas da sociedade. Passaram 4 meses, deram-nos os estatutos e eu não pedi os estatutos, pedi quem estava eleito e com que histórico é que estava eleito e agora fico mais preocupado porque ao fim deste tempo todo dizer que têm boas relações e não conseguem dizer quem é que são os corpos dirigentes devia preocupar-nos a todos. Vai ser possível termos os titulares dos corpos que gerem esta instituição e o histórico? O município fez um jantar de Natal e bem se for possível, gostávamos que nos facultasse qual foi o custo desse jantar de Natal para os funcionários e outros

97

Ucar


que lá estiveram. Não é que estejamos preocupados porque os vereadores da oposição não foram convidados, mas também não têm que o ser porque senão o jantar ia ser mais caro e não queremos que seja mais caro para o município. Senhor Presidente, deixar um reparo, na penúltima reunião quando nós questionámos quando é que tínhamos ou se tínhamos gabinetes, eu não lhe estava a pedir, registe isso, só queria que o Senhor respondesse se tínhamos ou não. Se o Senhor sonha aumentar o município e fazer gabinetes pode fazer para quem quiser, eu perguntei-lhe se tinha ou não, presumo que o Senhor respondeu que não tinha e depois cabe-nos a nós enquanto oposição e com o Estatuto da Oposição tomar as considerações e as diretrizes que entendermos. O Senhor vai entender que eu ao longo deste tempo todo não venho aqui pedir-lhe nada, venho aqui dizer o que no meu entendimento é de direito. Na altura eu perguntei-lhe, ao abrigo do Estatuto da Oposição se nós tínhamos porque registe, eu devo perceber isto, se for mentira desengane-me, os senhores vereadores que são eleitos são todos iguais. Há vereadores nesta sala que usam computadores, telemóveis, carros, gabinetes e outros afins ao serviço e a custo do município. O Senhor está a discriminar os vereadores, nós não pedimos telemóveis porque felizmente não precisamos, não pedimos computadores, não pedimos carros, pedimos um espaço para estacionar. O Senhor acha-se titular disto tudo e se em boa verdade estacionamos na rua, isso não nos cria constrangimentos, podemos apanhar chuva ou não, mas faz parte, quem anda por gosto não cansa, mas deixar esta nota que na última reunião não lhe pedi, eu perguntei, ao abrigo do Estatuto da oposição depois logo se verá se tem direito ou não.”


Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou: “Em relação à questão da UNIR, já tivemos oportunidade de dizer que as linhas que foram a concurso eram exatamente as linhas que já existiam no Concelho de Paredes esse foi o ponto de partida que foi colocado a concurso e além disso, algumas delas foram prolongadas porque havia necessidade de as prolongar. Se quiser pode marcar uma reunião com a UNIR e pode também desenvolver algum trabalho como vereador da oposição, pode pedir uma audiência à empresa e colocar as questões que é aquilo que nós também fazemos. Por vezes há uma certa diferença entre alguns vereadores, é que alguns trabalham para o município e os outros não e vocês parece que não compreendem isso, pede-lhes uma reunião e eles vão dizer exatamente aquilo que nos dizem a nós. Neste momento, a UNIR ainda não tem capacidade técnica de equipamentos e de mão de obra para cumprir na plenitude com o contrato que assumiu, ou seja, a UNIR está em falta e aquilo que nos transmitiram já em

97

Uasyp

dezembro, foi que estavam convictos de que em fevereiro a situação estava resolvida. Nós estamos conscientes das falhas que existem, o Senhor vereador Paulo Silva que tem o Pelouro da Mobilidade, recebeu as pessoas e como é óbvio, nós já tínhamos uma nota de quais eram as falhas de que se queixavam porque nós acompanhamos diariamente as falhas que vão existindo para as reportarmos à empresa. Estamos conscientes de que ainda vai haver muitas falhas porque eles ainda não têm todo o equipamento necessário, isto é, todos os autocarros e toda a mão de obra necessários e enquanto isso não acontecer vai haver falhas. Agora, não me passa pela cabeça que esta situação perdure por muito mais tempo porque autocarros que possam não existir, entretanto aparecem e a mão de obra também aparece. O que é que nós podemos fazer em relação a isso? Infelizmente é só reclamar e por isso é que eu estou totalmente solidário com as pessoas que estiveram aqui, se eu estivesse no lugar delas fazia o mesmo. Podiam ter-se manifestado aqui como na sede da Área Metropolitana do Porto que é a responsável pelo contrato como poderiam ter feito junto da sede da UNIR como já o fizeram outras pessoas. Entenderam fazer aqui e bem, nós já estávamos cientes do que lhes estava a acontecer, mostramos exatamente isso, inclusive no próprio sábado foi prometido ao Senhor vereador que iam resolver algumas situações e falharam. O problema é que o que podemos fazer é estar constantemente a reclamar porque não os podemos mandar embora, foram eles que ganharam o concurso, agora, é óbvio que se esta situação se mantivesse durante algum tempo, a Área Metropolitana do Porto tinha que tomar medidas, mas não são medidas fáceis. Estamos a falar de linhas que interligam toda a Área Metropolitana do Porto, o autocarro que não passa aqui também falha em Valongo e também falha em Gondomar. Quando o Senhor vereador diz que falhou um autocarro, dá a impressão que só falhou em Paredes, mas não porque esse autocarro vai daqui até ao Porto, portanto, quando falha em Paredes, automaticamente falha em Valongo e em Gondomar. Isto é um problema de todos que ainda está a ser resolvido, mas infelizmente vai persistir durante mais algum tempo, espero que não muito mais, no que já existe, há situações em que o serviço melhorou muito, o que é certo é que nós não podemos olhar para essa melhoria enquanto tivermos situações de incumprimento como eles têm. Quanto à questão da ETAR do Rio Ferreira, quando o Senhor coloca as questões dá logo a resposta, portanto, não é preciso lembrar que o que se passa agora também se passava antes de 2017, mas não me interessa o que se passava antes de 2017, interessa-me é o que se passa agora. Já lhe referi e vou voltar a referir que o investimento que a Câmara de Paços de Ferreira tem que fazer na ETAR tem que ser feito ao abrigo do Portugal 2030 e havia uma expectativa na





CCDRN desse aviso já ter sido lançado, mas ainda não foi. O que lhe posso dizer é que, por exemplo, para os municípios está previsto ser lançado no início de março, eu ainda conto que seja lançado antes, mas se não for, pelo menos que seja lançado ao mesmo tempo que são lançados os concursos para os municípios porque ainda não há avisos lançados do Portugal 2030. Quando esses avisos forem lançados vai-se dar início ao investimento para resolver um problema que realmente já devia estar resolvido. Dar nota de que a situação neste momento não ser aquela que se passava há 1 ano atrás, porque há lá uma ETAR provisória que faz parte do tratamento, portanto, a situação está amenizada, mas o que nos interessa é a resolução em definitivo. Quanto à questão da praia fluvial, o plano de água para lazer que nós fizemos no Parque, se for lá já o pode ver, já lá está instalado e não é alimentado pelo Rio Ferreira, é alimentado por um afluente do Rio Ferreira e não tenho dúvidas nenhuma de que a partir deste verão, as pessoas já poderão usufruir dele. Relativamente às estradas no sul do Concelho, penso que se estava a referir às estradas onde nós estivemos a fazer as intervenções de água e saneamento e se passar lá, essas já estão regularizadas. Nós já iniciámos o nosso plano de pavimentação, já estivemos numa pavimentação com grande extensão porque estava em terra na Zona Industrial de Gandra porque estava bom tempo e temos ruas identificadas. Por exemplo, a rua que vai desde a rotunda das finanças à rotunda da cadeira, a rua que vai da rotunda nova que fizemos em Cete até à outra rotunda passando pela Senhora do Vale que também vai ser pavimentada. Portanto, há uma série de ruas, aquelas que estão mais degradadas que vão ser pavimentadas, está a chegar o tempo de as fazer. Quanto ao complemento do estudo de impacto ambiental, ainda ontem me foi comunicado pelo colega Antonino de Penafiel que neste momento é quem está como Presidente do Conselho de Administração da AMBISOUSA, que ele irá ser apresentado ainda este mês. Certamente que será feita uma apresentação pública da restante parte tal como foi feito com o estudo de impacto ambiental na parte que era mais pertinente para a questão e que tinha a ver com os odores. Quanto às minas da Sobreira, dizer-lhe que nós já tivemos que dar pareceres por duas vezes e das duas vezes emitimos pareceres negativos e, portanto, estamos a aguardar serenamente o desenrolar desse processo. Quanto à questão dos postos de carregamento para automóveis, em breve vamos ter uma novidade que é possibilitarmos aqui em Paredes, só estamos a analisar algumas questões legais, que durante determinado período de tempo limitado, poder oferecer os carregamentos gratuitos. Isto porque temos uma candidatura de *Bairros Digitais* aprovada que, entre outras coisas, nos vai permitir ter informações em tempo real aqui no centro


97


Ucar

de Paredes de quais os principais parques de estacionamento e a quantidade de lugares que estão disponíveis nesses parques. Vai permitir na Avenida da República ter sempre informação atualizada de quantos lugares de estacionamento estão disponíveis ou não, o tempo que as pessoas estão nos parques e mesmo no estacionamento junto à Caixa Geral de Depósitos onde o estacionamento é limitado em termos horários, para controlar esse tempo. Vai ter várias informações digitais espalhadas por esse espaço com informações sobre o comércio local e uma das coisas que também vai ter é uma zona de estacionamentos cobertos que vamos aproveitar para instalar painéis fotovoltaicos. Esses painéis vão permitir o carregamento de algumas viaturas de uma forma limitada no tempo para não se correr o risco de alguém lá deixar o carro toda a tarde senão depois não tinha efeitos práticos e para que as pessoas durante algum tempo possam carregar a sua viatura de forma gratuita, alimentada por essa energia solar. Esse projeto está aprovado, só estamos a definir os últimos timings, portanto, vamos lançar esses concursos muito em breve. O parque junto à estação é um dos que vai ter informação de quantos lugares no momento por forma a que quem chegue à rotunda da autoestrada saiba que naquele parque existe determinado número de estacionamentos disponíveis. Não podemos pôr esses carregamentos ali porque aquele parque está a ser muito utilizado para quem vai trabalhar para o Porto ou para outros lados e, portanto, corríamos o risco de as pessoas estacionarem nesses locais de carregamento e deixarem lá o carro todo o dia, não é esse o objetivo destes carregamentos. Quanto à associação de Gandra, nós já pedimos a informação, ainda não a deram ficamos com a nota de que se pedirem qualquer outro subsídio, prestem essa informação caso contrário não atribuímos o subsídio, se bem que a Lei diz que nós temos que ter certidões de não dívida atualizadas. Quanto ao jantar de Natal, agradecemos a preocupação de não quererem ir ao jantar para não ficar mais caro e dar-lhe-emos nota do custo unitário mais o custo da animação que tivemos lá.”

2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11/12/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 11 de dezembro de 2023 e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023/12/11.

3 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/12/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 28 de dezembro de 2023 e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023/12/28.


4 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia sete de fevereiro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: três milhões novecentos e dois mil setecentos e noventa e quatro euros e sessenta e um cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: oito mil novecentos e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos.





A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, sete mil quinhentos e quarenta e seis, datada de um de fevereiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de quinze a trinta e um de janeiro do corrente ano, no montante de seiscentos e quinze mil seiscentos e quarenta e um euros e noventa e quatro cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2ª ALTERAÇÃO ANO 2024 - 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS E ANOS SEGUINTE - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 2ª alteração ano 2024 - 2ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 2ª alteração permutativa Ao Plano Plurianual de Investimentos - 2ª alteração permutativa ao Plano Atividades Municipais e anos seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

7 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral sete mil setecentos e sessenta e nove, datada de dois de fevereiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 07 processos relacionados

com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

8 - INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS E PREÇOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Assuntos Jurídicos, com o número de identificação de processo geral, sete mil setecentos e quarenta e quatro, datada de dois de fevereiro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais e Tabela de Taxas e Preços.


Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Senhor Presidente, duas questões, uma de princípio e outra técnica, diz que a tabela vem anexa e não está, isto é uma questão técnica e assim não temos noção dos valores que seriam e devíamos ter. A segunda questão é uma questão de princípio, porque nós sabemos que há grandes cidades europeias e uma ou outra portuguesa que estão a taxar as dormidas, mas por uma questão de dormidas turísticas. Basicamente é o que acontece nessas grandes cidades que infelizmente julgo que não é o que acontece no Concelho de Paredes e a nós mais parece que á a aplicação de mais uma taxa ou uma taxinha no Concelho de Paredes para tentar assacar mais um *impostosinho*. No nosso entender, nós neste momento devíamos tomar medidas para atrair pessoas e não sobrecarregar o custo que podem ter as dormidas no nosso município.”

A Senhora Chefe da Divisão Administrativa interveio e esclareceu: “Senhor Presidente, o que está aqui em causa é o início de procedimento, portanto, hoje não tem que vir documento nenhum. O que vai ser é publicitada esta necessidade de alteração para que os interessados possam apresentar contributos e só depois é que vem a proposta. Quando vier a proposta vem o Regulamento propriamente dito com as taxas. Houve foi um lapso num dos pareceres.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa acrescentou, entretanto: “Aqui diz a qual se anexa, mas não está. A segunda questão é uma questão de princípio depois em concelhos similares e sabendo que muitas das dormidas existentes no Concelho de Paredes são por atividades profissionais de outros que para cá vêm. Podemos tornar os nossos preços menos competitivos e essas pessoas não fazerem dormidas como algumas vezes já acontece cá no nosso Concelho. Tenho a certeza que o Senhor e alguns do seu executivo devem têm conhecimento que algumas pessoas que vêm de fora é por motivos profissionais e que passam alguns dias do mês no nosso Concelho. É por uma atividade profissional e estamos a penalizar mais e a aumentar o custo dessas dormidas no Concelho o que poderá levar as pessoas a não o fazerem cá, é uma questão de princípio e nós votamos contra.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “Nós temos feito um investimento enormíssimo no Concelho de Paredes para o tornar mais atrativo, temos feito apostas enormíssimas ao nível do desporto e na criação de eventos desportivos, estamos agora com o maior investimento de sempre que o município fez no Centro Cultural que vai ser dotado de 3 espaços que culturalmente vão dinamizar ainda mais o município. Portanto, entendemos que quem vem a esses eventos desportivos ou mesmo quem venha em negócios poderá contribuir, tal como se for para o Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Guimarães, também têm de contribuir. Eles não são mais do que nós tanto mais que nós temos sempre os hotéis lotados e não tenho dúvidas que com a abertura do Centro Cultural de Paredes haverá mais oportunidades para a abertura de mais espaços de hotelaria pelo que entendemos que é de toda a justiça a cobrança desta taxa que será uma taxa simbólica como acontece também noutros municípios.”





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR:

- 1- A AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS E PREÇOS;
- 2- A NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO - FÁTIMA NUNES;
- 3- A FIXAÇÃO DO PRAZO PARA CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS E PREÇOS: 15 DIAS;
- 4- A FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS: COMUNICAÇÃO ESCRITA QUE CONTENHA NOME COMPLETO, MORADA E NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, REMETIDA POR CORREIO ELETRÓNICO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO: fatima.nunes@cm-paredes.pt .

9 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº54/18LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e três de janeiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 54/18LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO

Nº 54/18LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

10 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº227/19LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de vinte e três de janeiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo nº 227/19LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 227/19LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

11 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral sete mil oitocentos e vinte e sete, datada de dois de fevereiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 20 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.

Colocado o assunto a votação,

97

Ucar

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REFERENTE AOS 20 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 12 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

12 - APOIOS À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Proteção Animal, Unidade de Saúde Pública Veterinária e Proteção Animal, com o número de identificação do processo geral sete mil oitocentos e sete, datada de dois de fevereiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 6 processos relacionados com o apoio à esterilização de cães e gatos.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou o seguinte: “Sabemos que se forem canídeos não podem ser recolhidos para serem castrados e devolvidos à rua, mas isso pode acontecer nos gatídeos isso pode acontecer. Infelizmente há muitas colónias de gatos e os animais são o elo mais frágil da cadeia e infelizmente não podem fazer nada porque está na sua génese, mas perguntar o que é que está a ser feito para não continuar esta proliferação de gatos, parece-me que tem sido muito pouco. Se falarmos com uma série de pessoas pelo Concelho que acabam por acompanhar mais de perto essas situações, pessoas que têm maior sensibilidade e gosto para a causa, nós gostávamos de perguntar aqui quantos gatos de rua foram castrados e qual tem sido o investimento nesta matéria.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “O investimento nesta área tem sido constante, ficou ontem pronto o espaço para os animais errantes junto ao canil que já vai começar a ser utilizado e estamos a fazer um alargamento do canil como já tivemos oportunidade de referir aqui. Quanto à quantidade de cães e gatos que já foram objeto de esterilização não lhe sei dizer, mas peço ao Senhor vereador que na próxima reunião traga essa informação. Se houver colónias

de gatos que estejam identificadas, nós vamos tentar recolher para proceder à esterilização, agora, se forem colónias de gatos que não estejam identificadas não temos conhecimento delas.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12º DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, APROVAR OS PEDIDOS DE APOIO NELA CONSTANTES.


13 - SISTEMATIZAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS PELO MUNICÍPIO DE PAREDES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, MÊS DE DEZEMBRO 2023 - PARA CONHECIMENTO


Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, quatro mil oitocentos e oitenta e sete, datada de vinte e dois de janeiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal uma sistematização de dados dos agregados familiares apoiados no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS de Paredes, referente ao mês de dezembro/2023.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

14 - SISTEMATIZAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS PELO MUNICÍPIO DE PAREDES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, MÊS DE JANEIRO 2024 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, sete mil quinhentos e onze, datada de um de fevereiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal uma sistematização de dados dos





agregados familiares apoiados no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS de Paredes, referente ao mês de janeiro.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

15 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE 5 TÉCNICOS SUPERIORES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, quatro mil quatrocentos e noventa e quatro, datada de dezanove de janeiro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a abertura de procedimentos concursais para recrutamento de técnicos superiores, grau de complexidade 3, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse: “Trata-se do recrutamento de 5 técnicos superiores para projetos limitados no tempo, portanto, não se trata de contratação de pessoas que fiquem efetivas no município, é contratação a termo resolutivo para efeitos de projetos que nós temos para avançar no âmbito do radar social com 4 pessoas, do aviso de PESSOAS-2023-4. Vamos ter depois também no âmbito do CLDS que irá necessitar da contratação de pessoas.”

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Senhor Presidente, já titulóu que era o Radar Social e outro projeto, presumo que é para um prazo de 27 meses e é financiado, acho que é isso. Ao todo são 5 pessoas, só perguntar qual é a comparticipação do município sabendo que isto é financiado, mas eu imagino que seja residual.”

O Senhor Presidente da Câmara observou: “Não lhe sei responder a essa pergunta, mas não próxima reunião a Senhora vereadora dará resposta.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DE QUATRO PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, AO ABRIGO DA COMPETÊNCIA QUE É FIXADA PELO Nº 1 DO ARTIGO 4º DO DECRETO-LEI Nº 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM O Nº 4 DO ARTIGO 30º E Nº 1 DO ARTIGO 33º DA LTFE, APROVADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO, COM A POSSIBILIDADE DE CONCORREREM PESSOAL COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO.

16 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DA REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA C.P.C.J. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social com o número de identificação de processo geral sete mil quinhentos e trinta e três, datada de um de fevereiro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a designação da trabalhadora Sara Helena Costa Pereira como representante do município na CPCJ.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “No final do mandato a pessoa que estava a exercer a presidência da CPCJ mostrou indisponibilidade para continuar no cargo e nós estamos a designar uma técnica do município licenciada em direito para ocupar esse cargo.”

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A DESIGNAÇÃO DA TRABALHADORA SARA HELENA COSTA PEREIRA COMO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA CPCJ, CONFORME PROPOSTO.

17 - PROPOSTA DE ANULAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUIDOS E CONSEQUENTE ESTORNO DAS VERBAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, cinco mil quatrocentos e trinta e nove, datada

de um de fevereiro do corrente ano, relacionada com a anulação de apoios atribuídos e consequente estorno da verba constante nas respetivas requisições.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ANULAÇÃO DOS APOIOS ATRIBUÍDOS E CONSEQUENTE ESTORNO DA VERBA CONSTANTE NAS RESPETIVAS REQUISIÇÕES CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À OBRA DE RUA OU OBRA DO PADRE AMÉRICO NO ÂMBITO DAS DESPESAS INERENTES DE LIGAÇÃO À REDE DE SANEAMENTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Peloro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral, três mil duzentos e setenta e quatro, datada de dezasseis de janeiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 2.410,80 à Obra da Rua ou Obra do Padre Américo.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que observou: "Trata-se da obra mais conhecida por *Gaiato* em Beire que tinha que pagar uma verba de 2.410,80 euros aos SMAS e pediram a devolução dessa quantia. Tendo em conta o objeto social desta associação, nós vamos proceder à devolução desse valor sob a forma de subsídio."

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 2.410,80 À OBRA DA RUA OU OBRA DO PADRE AMÉRICO PARA CUSTEAR DESPESAS COM A LIGAÇÃO DA ERPI À REDE DE SANEAMENTO.

19 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À "ESPAÇO AMIGO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA

97

Ucar

E SOCIAL DE VANDOMA" NO ÂMBITO DE REFORÇAR A RESPOSTA SOCIAL DO CENTRO DE CONVÍVIO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente da Associação Espaço Amigo – Associação Cultural, Recreativa e Social de Vandoma com a referência 2024,ECM,E,01,1422, datada de trinta e um de janeiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 10.000.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “Trata-se de uma associação em Vandoma que é uma freguesia que não tem muitas associações de âmbito social, que está a dar os primeiros passos como centro de convívio. Há um projeto de habitações colaborativas que nós vamos avançar com uma candidatura em que poderão ser envolvidos. Para já eles ainda não são uma IPSS, vão tratar desse processo, mas o que é certo é que já têm um espaço de convívio onde desenvolvem atividades com idosos e têm uma técnica para a qual não conseguem verbas suficientes para o pagamento do respetivo salário. Como é uma associação que está a dar os primeiros passos e temos esses projetos pra Vandoma, nós entendemos que faz todo o sentido o município apoiar esta associação nesse sentido uma vez que reputamos esta atividade de muito importante para os idosos do Concelho de Paredes.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Nós conhecemos a associação Espaço Amigo está a dar os primeiros passos para se transformar numa IPSS, imagino que precisem de apoio e faz todo o sentido, tal como eu disse na última reunião, que seja associação da terra a ser apoiada e promovida. Daí termos alocado quando foi em Rebordosa que podíamos ter promovido alguma associação que não era IPSS e que pelo menos tivesse tentado dar esse passo para pegar no outro projeto, respeitando quem pegou que não tenho dúvidas nenhuma que fará o seu melhor, mas seria uma associação da terra. Neste caso, como se comprova, é uma associação de Vandoma que está a pegar num projeto de Vandoma, ainda não é IPSS, mas está a ser apoiada para ser e bem, para fazer o caminho.”

Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara que acrescentou: “Não sei onde é que foi buscar essa conclusão que está a tirar. Há pouco eu disse que eles vão colaborar num processo de residências colaborativas, mas a candidatura para fazer essas residências colaborativas numa escola que está em Vandoma, vai ser feita em nome da ADI que é uma

associação de Duas Igrejas, porque a associação Espaço Amigo não é IPSS. Com as residências colaborativas, se calhar já podiam obter receitas da Segurança Social, mas aquilo que estava a criticar em Rebordosa, vai acontecer o mesmo aqui. Eu quero que eles colaborem numas residências colaborativas, mas a candidatura que vai entrar para eu poder fazer obras nessas residências colaborativas vai ser em nome de uma associação de Duas Igrejas.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.000 À ASSOCIAÇÃO ESPAÇO AMIGO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DE VANDOMA PARA APOIAR A ATIVIDADE NO CENTRO DE CONVÍVIO DE VANDOMA.

20 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO CRISTÓVÃO DE LOUREDO NO ÂMBITO DA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SOM E PROJEÇÃO DE IMAGEM NO CENTRO CULTURAL/AUDITÓRIO PAROQUIAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um requerimento proveniente da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Cristóvão de Louredo, com registo de entrada número oitocentos e oitenta e um, em dezanove de janeiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 5.205,39.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Em Louredo, a Fábrica da Igreja tem um auditório muito bom que nós próprios já temos utilizado várias vezes e várias associações o utilizam, mas realmente o sistema de som e projeção de imagem não funciona. É pena aquele auditório não ter esse equipamento, fizeram-nos um pedido e nós vamos dar um subsídio de 5.205,39 euros para equipar aquele espaço. Este ano talvez não porque certamente não vamos ter meios para isso, mas para o ano faz todo o sentido nós investirmos lá algum dinheiro para reparar algumas questões de infiltrações que é muito necessário.”

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Só reforçar que efetivamente

este ponto traz os orçamentos, discrimina os equipamentos e permite-nos avaliar o que é que estamos a subsidiar ao contrário de outros que não discriminam e nós não conseguimos perceber. Naturalmente vamos votar a favor, mas deixar este reparo.”

O Senhor Presidente interveio novamente e reforçou: “Este pedido foi tratado por um Presidente de Junta que nós consideramos de muita categoria e por isso vem certinho.”


Õ Senhor vereador Ricardo Sousa acrescentou: “Isto vem em nome do Senhor Padre e eu estou a cingir-me aos documentos. Eu sei que o Senhor quer chamar aquele Senhor Presidente de Junta que entre 2013 e 2016 o que diz nas atas sobre alguns socialistas é fantástico, é isso que um dia pode trazer para ler e o vereador que está ao seu lado ouvia muitas vezes o que ele dizia sobre os socialistas. Eu nunca diria o que ele disse das mulheres socialistas, acho que ninguém deve dizer o que ele disse numa Assembleia Municipal e está em ata, é francamente deplorável, mas aqui vem titulado Armando Mendes Neto, Pároco de Louredo. Na altura quando ele titulou, eu não sei se o Senhor estava na bancada ou não, mas era dirigido aos socialistas.”


Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 5.205,39 À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO CRISTÓVÃO DE LOUREDO PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE SOM E PROJEÇÃO DE IMAGEM E VÍDEO NO CENTRO CULTURAL/AUDITÓRIO PAROQUIAL.

21 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE BALTAR NO ÂMBITO DO EVENTO NATALÍCIO "CASA DO PAI NATAL" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente da Freguesia de Baltar com a referência, 2024,ECM,E,01,965, datado de vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 3.000.





Interveio o Senhor Presidente da Câmara que afirmou: “Realmente uma iniciativa muito interessante de Baltar que para o ano vai tentar também recriar a Casa Daniel Faria e o Parque Urbano que, entretanto, vai começar a ser construído em Baltar e que recria vários pontos desta Vila e tem sido muito interessante.”


Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “Dois reparos, precisamente ao contrário do ponto anterior, não discrimina o porquê do apoio de 3.00 €, não nos diz para o que é, diz que é para a Casa do Pai Natal. Mas isto é muito relativo, nós podemos ter uma Casa do Pai Natal que pode ser a casa da nossa vida como pode ser uma cada de brincar, um castelinho de chocolate para efetivamente se comer no Natal. É um apoio que já é considerável e há freguesias que não o têm, Baltar tem esse privilégio e a outra questão é que eu não consigo perceber, este pedido foi feito em novembro, nós já estamos a aprovar subsídios para o carnaval e este vem em fevereiro. Não consegui perceber porque é que um subsídio pedido em novembro vem em fevereiro para aprovação, naturalmente que terá uma explicação lógica para que assim seja e pergunto porque é que não vem discriminado para o que é que foram estes 3.000 €?”


O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “O subsídio é para apoiar todos os custos que tiveram com aquela iniciativa, fazerem aquelas peças que lá estão, a mim não me causa qualquer tipo de obstáculo. Isto só veio agora porque como é um subsídio à Freguesia de Baltar tem que ir à Assembleia, nós tivemos uma Assembleia em meados de dezembro, se calhar não foi tratado antes dessa Assembleia, essa é a razão.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 3.000 À FREGUESIA DE BALTAR PARA AJUDA NOS CUSTOS COM A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CASA DO PAI NATAL”. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

22 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE PAREDES NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO





DO CORTEJO DE CARNAVAL 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente da Junta de Freguesia de Paredes com a referência, 2024,ECM,E,01,966, datado de vinte três de janeiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 6.500.

O Senhor vereador Ricardo Sousa interveio e referiu o seguinte: “Senhor Presidente, aqui é precisamente igual, nós estamos a dar 3.000 €. Qual é o custo, como é que vai ser o investimento na freguesia porque há muitos investimentos neste desfile de carnaval que é feito por outros e vai reportar ao ponto seguinte em que também farei a mesma pergunta. Quais são os custos que a Junta de Freguesia tem?”


Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Eu só lhe posso dizer quais são os trabalhos feitos, as pessoas têm que fazer decorações, têm que comprar os materiais e pagar às dançarinas que vão desfilar. Nunca viu o cortejo de carnaval em Bitarães? Acha que aquelas pessoas que vão em cima dos carros no carnaval em Lordelo não são pagas?”


Interveio novamente o Senhor vereador Ricardo Sousa que sublinhou: “Senhor Presidente, os dois monumentos de maior referência em Bitarães que eu considero são a Capela dos Chãos e a igreja, eu só dei como referência o outro pedido do Padre Armando para Louredo. Podia constar um caderno de encargos onde dissesse o que se vai gastar e em quê.”

O Senhor Presidente da Câmara adiantou: “Eu não preciso de saber, se for ver o carnaval vê o que aparece lá. Depois têm palcos, têm aluguer de som, têm bombos e é preciso pagar tudo isso, portanto, tem a ver com isso.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 3.000 À JUNTA DE FREGUESIA DE PAREDES PARA AJUDA NOS CUSTOS COM A REALIZAÇÃO DO CORTEJO DE CARNAVAL CONFORME PROPOSTO.





MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

23 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE GANDRA NO ÂMBITO DO "DESFILE DE CARNAVAL 2024" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente da Freguesia de Gandra, com a referência, 2024,ECM,E,01,1404, datado de vinte e seis de janeiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 3.000.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Senhor Presidente, eu não tenho nada contra estes desfiles de carnaval, pelo contrário e como são em datas diferentes do de Lordelo que é o maior de todos e de alguns outros, permite-nos termos a possibilidade de ver alguns e havendo muitos no nosso Concelho tanto melhor porque envolve a população. Eu até aqui ia perguntar se desistiu daquela ideia peregrina que o Senhor Presidente propôs no ano passado que era juntar todos e fazer um grande. Eu não sei se já desistiu dessa ideia, na altura perguntei-lhe se ia com isso para a frente, o ano passado disse que ia trabalhar nesse sentido, mas percebi que para este ano não será porque mantivemos os mesmos desfiles. O Senhor disse que era uma ideia a ter em conta, juntar os subsídios só para um e fazer esse caminho e neste é precisamente igual ao outro. Por exemplo, quem vê a apresentação do carnaval de Gandra no cartaz que o publicita, nós sabemos que há uma série de pessoas empenhadas nisto, estão lá uma série de patrocínios, há pedidos que são feitos porta a porta para as pessoas darem dinheiro. Qual é depois a participação efetiva da Junta no carnaval? Eu tenho que perguntar aqui porque somos nós que estamos a aprovar, se nos disserem que precisam de 20.000 €, nós damos 20.000 €, eu tenho que perguntar aqui. Eu percebo o pedido da Junta, mas podia perfeitamente acompanhar os custos do palco, do som, dos bombos, das bicicletas, o que fosse, mas estava discriminado. Eu nem quero reportar porque não é minha obrigação, no ano passado numa Junta de Freguesia qual foi o custo com o desfile de carnaval e neste caso específico, como imagino que o Senhor Presidente já conheça e se não conhece tem pessoas que o rodeiam que são de Gandra e naturalmente já lhe devem ter mostrado o cartaz. Quem vê, vê uma série de empresas a patrocinar e bem, é sinal que as pessoas que estão envolvidas no carnaval estão a trabalhar, é isso que faz

com que as iniciativas sejam maiores ou mais pequenas, sendo de qualquer forma todas de louvar. Havendo estas verbas, nós pelo menos devíamos perceber qual é a comparticipação da Junta para engrandecer o carnaval. Eu nem percebo a discriminação, para Paredes damos 3.00 € porque é o de Bitarães, Gandra pede 2.500 €, mas nem discrimina. Nós vamos votar a favor, não é isso que está em causa, mas acho que o critério devia ser mais apertado para nós percebermos o que estamos a votar.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Tem receio que o subsídio que estamos a dar a estas juntas vá ser mal gasto? Vou pedir à minha Chefe de Gabinete que seja solicitado qual foi o investimento da Junta de Freguesia de Paredes e de Gandra nestes cortejos.”


Interveio novamente o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse: “Lordelo é diferente porque é uma associação, a A2L, não é a Junta. Imagine que nós estamos aqui a aprovar subsídios para o carnaval que é uma rubrica específica e imagine que qualquer uma destas juntas no orçamento que apresentou não tem nenhuma rubrica de apoio ao carnaval. Como é que ficamos nisto? Vai retificar? Então não é para o carnaval, temos de saber para o que é.”


Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 2.500 À FREGUESIA DE GANDRA PARA AJUDA NOS CUSTOS COM A REALIZAÇÃO DO CORTEJO DE CARNAVAL CONFORME PROPOSTO. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

24 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE REBORDOSA NO ÂMBITO DA INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente da Associação de Pais da EBS Rebordosa com a referência, 2024,ECM,E,01,1482, datado de vinte e quatro de janeiro do corrente ano, a solicitar a





atribuição de apoio para colocação de climatização nas salas de aulas.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 3.500 À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EBS REBORDOSA PARA A INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO NAS SALAS DE AULAS, CONFORME PROPOSTO.


25 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividades Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, quatro mil setecentos e um, datada de dezanove de janeiro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Paredes e a Federação de Motociclismo de Portugal.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Tem ideia de quantos atletas são e se essa inscrição é só para jovens até 18 anos? Não conhecemos a totalidade da realidade para percebermos qual poderá ser a dimensão, aqui não diz quantos são, quanto pode custar ou deixar de custar. Deixar aqui um reparo que temos também um piloto em séniores no Campeonato Nacional de Motociclismo que faz o que pode e não pode e que se calhar, também podíamos abrir uma exceção e apoiar este piloto nessa área. Penso que é o único que corre em super bikes e também podíamos ajudar se abrirmos aqui estas inscrições porque também precisa de apoios.”

O Senhor Presidente da Câmara disse: “Trata-se de um protocolo para a formação, neste momento penso que não há muitos formandos inscritos nesta federação, mas a partir do momento que entende que é um desporto e que devia haver um apoio à formação tínhamos que fazer este protocolo.”





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

26 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE CARGAS E DESCARGAS NA AV. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, NA FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, setenta e um mil quinhentos e vinte e sete barra vinte e três, datada de vinte e quatro de janeiro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal de cargas e descargas na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, na freguesia de Paredes.


Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE CARGAS E DESCARGAS NA AV. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, NA FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

27 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro,





tendo solicitado o uso da palavra o Senhor Manuel Pinho.

Manuel Pinho – Disse o seguinte: “Agradeço desde já o facto de o município ter falado com os manifestantes acho que era importante, na primeira ideia dava a impressão que isso não ia acontecer. Independentemente de ser o Senhor Presidente ou o vereador Paulo Silva, o importante é que realmente eles estivessem ali o que é importante sempre que a população pretende saber algumas respostas. Vou ter que corrigir o Senhor vereador do Partido Social Democrata porque, na verdade e o Senhor Presidente é capaz de concordar comigo, na Assembleia Municipal fomos nós que realmente e atempadamente de forma proativa alertamos várias vezes ao longo do ano que era importante olharmos para esta nova concessão que começou em dezembro e que na nossa opinião poderia ter uma atitude mais proativa do Senhor Presidente da Câmara. Na verdade, eu disse também à comunicação social e já disse também na Assembleia Municipal e em reuniões de Câmara que o importante é aproveitarmos esta oportunidade. O Senhor Presidente referiu aqui e na minha opinião bem, é assegurar os serviços que existiam no passado, mas também gostaria de saber se já nos poderá dizer alguma coisa sobre o que é que será de novo. Eu sei que continuam a existir percalços, mas também acredito que vamos passar do caos para uma oportunidade. É importante percebermos se realmente zonas como o norte do Concelho, como Aguiar de Sousa e outras realmente vão ter mais transportes e com mais qualidade. Este processo é um processo difícil há um ano alertámos para isso e compreendendo isso também gostaria de saber de que forma é que estas pessoas, neste caso com as autarquias e caso isto continue, se pode acautelar a parte económica que certamente a autarquia e inclusive as pessoas estão a ter com estes problemas todos.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Em relação à UNIR já tive oportunidade de responder ao Senhor vereador o que é que se passa. Trata-se de um operador que ainda não tem os meios, quer humanos, quer de equipamentos suficientes para fazer todos os serviços e logo que o serviço esteja a funcionar em pleno, nós daremos nota daquelas linhas que são diferentes para melhor. Até lá não quero estar a fazer isso porque o que quero é que as linhas estejam normalizadas e a funcionar sem falhas, por isso é que mesmo antes não quis falar nesse assunto porque sabia de antemão que ia haver problemas, todos os presidentes de Câmara estavam conscientes de que ia haver problemas. Agora quero é que eles fiquem resolvidos quanto

97

Ucar

antes e depois nessa altura faremos o ponto da situação até para avaliar e se calhar fazer mesmo um estudo de opinião e saber se as pessoas sentem que a UNIR veio acrescentar alguma coisa ou não face àquilo que tínhamos. Faz todo o sentido apurarmos isso depois de tudo estar estabilizado.”

O Vereador Dr. Renato Almeida esteve ausente em serviço do município.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.

